

Caracterização socioeconômica da maricultura catarinense

e perspectivas para o futuro deste setor

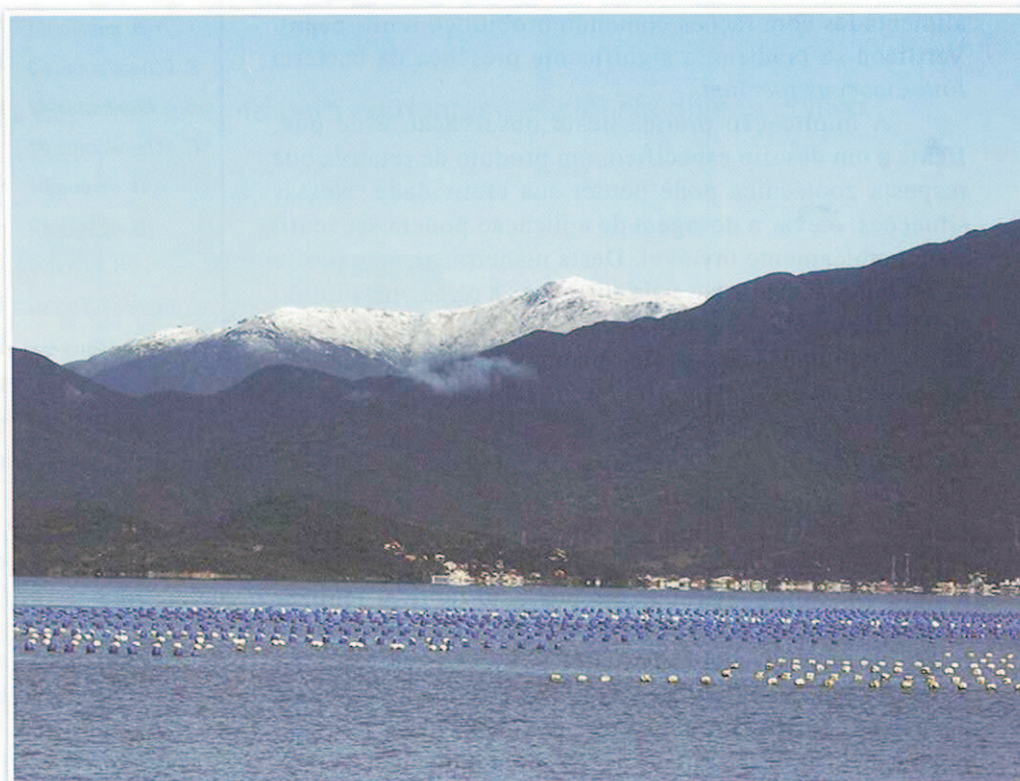
Por:

Felipe Matarazzo Suplicy, Ph. D.
felipesuplicy@epagri.sc.gov.br

André Luiz Tortato Novaes, M. Sc.
novaes@epagri.sc.gov.br

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca – CEDAP
Florianópolis – SC

Os mitilicultores de Santa Catarina estão sendo surpreendidos com a oferta crescente e significativa do mexilhão chileno cozido e desconchado nas gôndolas brasileiras. Em 2014 o Brasil importou 1.114 toneladas do “*Patagonia Mussel*”, como é conhecido, e a previsão é que em 2015 o volume importado do produto chileno corresponda a 30% do volume que está previsto para sair das águas brasileiras este ano. Após longos anos buscando a legalização e ainda em meio a um processo de ordenamento dos cultivos, os maricultores catarinenses estão se dando conta de que precisam ser competitivos, sob pena de se tornarem reféns da produção chilena, que não para de crescer. Este artigo expõe o perfil socioeconômico dos produtores catarinenses, comenta os manejos que estão sendo utilizados e analisa os pontos que precisam ser melhorados para se adequarem ao mercado cada vez mais competitivo.



Maricultura na Baía Sul de Florianópolis com Morro do Cambirela coberto de neve em 2013

A maricultura catarinense está passando por um processo de ordenamento das áreas de cultivo. Este processo foi iniciado pelos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM, elaborados em 15 municípios costeiros com o objetivo de regularizar 786 maricultores e que também permitiu a expansão da área total de cultivo de 564 para 1.281 hectares. O ordenamento envolve a realocação dos cultivos instalados no mar para dentro de áreas aquícolas cedidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) através de concorrências públicas

Para apoiar os produtores na execução desta ação, foi firmado um convênio entre a Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina e o MPA. Uma das metas do convênio foi a realização de um levantamento sobre a ocupação atual das áreas de cultivo, com o objetivo de identificar os maricultores instalados no mar e orientá-los sobre os critérios de ocupação ordenadas das áreas aquícolas regularizadas (Figura 1). Durante este levantamento foi aplicado também um questionário para se obter um perfil socioeconômico dos